

RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO POR MONITORAMENTO

RFM –SANESUL –PORTO MURTINHO- 63/2018

PROCESSO Nº 51/200432/2018

I – DA INTRODUÇÃO

O Estado de Mato Grosso do Sul, a Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Mato Grosso do Sul- AGEPAN, e o Município de Porto Murtinho, firmaram Convênio de Cooperação de nº 005/2011, na data de 30 de Maio de 2011, tendo como objeto a delegação, pelo Município ao Estado, por intermédio da Agepan, das atividades de organização, planejamento, regulação e fiscalização da prestação dos serviços públicos de saneamento básico.

Ainda neste contexto, houve também, na data supracitada, o Contrato de Programa de nº 115/2011, firmado entre o Município de Porto Murtinho (Contratante) e a Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A – Sanesul (Contratada), com o objetivo da exploração/prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário na área urbana do Município em questão. Os serviços serão prestados pela Contratada, nas áreas afetas à exploração, mediante a cobrança de tarifa diretamente aos usuários do serviço, tudo em conformidade ao previsto no Contrato, podendo ainda, ser adotados subsídios não tarifados, consoante, a Lei 11.445/2007, em seu artigo 29, parágrafo segundo.

Não obstante, a cláusula terceira, e a cláusula quarta, item III do mencionado Convênio de Cooperação, determinam que o exercício das funções de regulação e fiscalização da prestação dos serviços de saneamento básico no Município serão de competência da Agepan, com colaboração do Município, que observará o conjunto das medidas legais, contratuais e regulamentares que regem o Contrato de Programa nº 115/2011, firmado entre o Município e a Sanesul, objetivando sua adequada e eficiente prestação.

Salienta-se que, a existência de problemas técnicos – operacionais, não observados nesta fiscalização, não exime a Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A. - SANESUL de monitorá-los e corrigi-los permanentemente. Assim como, quanto à adequação e conservação dos bens afetos a exploração, à correção das não conformidades, à legalidade da prestação dos serviços a ela delegados e ainda, aos atos que praticar na exploração dos serviços públicos de saneamento no Município de Porto Murtinho.

II – DO OBJETIVO

O objetivo desta fiscalização, é o de verificar a conformidade do cumprimento das metas contratuais conjuntamente com outros dispositivos regimentares da Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A. – SANESUL, concernente ao que fora firmado entre Esta e o Município de Porto Murtinho no Contrato de Programa de nº 115/2011, conforme disposto na

cláusula décima sexta, §§ 1º e 2º, e por fim, dar cumprimento à legislação Estadual nº 2.263, em seu artigo 20, inciso II.

III – DA ABRANGÊNCIA E METODOLOGIA DA FISCALIZAÇÃO POR MONITORAMENTO

Na Portaria AGEPAN nº 149, de 18 de Setembro de 2017, que estabelece as condições gerais para os procedimentos de fiscalização de prestação dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, concernentes à Fiscalização por monitoramento, temos em seu artigo 5º, incisos I, II, III,IV,V, os seguintes dispositivos legais aplicados:

I- Analisar dados e indicadores de qualidade do serviço prestado nos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário; (grifo nosso).

II- Monitorar a evolução dos indicadores e emitir alertas; (grifo nosso).

III- Identificar não conformidades;

IV- Subsidiar a elaboração de relatórios de desempenho; e

V- Apontar assuntos relevantes para compor as Agendas de trabalho de fiscalização programada.

No que se refere, a análise dos anexos da verificação das cláusulas constantes do Contrato de Programa nº 115/2011, do Município de Porto Murinho com a Sanesul, relativos às metas de atendimento e de qualidade do serviço inseridos no supracitado Contrato de Programa, preconizam-se as seguintes constatações:

Cláusula Terceira:

Integram o contrato, para todos os efeitos jurídico-legais, os seguintes Anexos:

...

IV – Metas progressivas e graduais de expansão, melhoria da qualidade, eficiência, compatíveis com os prazos de prestação dos serviços e que serão revistas a cada 4 (quatro) anos.

Cláusula Quarta:

A CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, cumprir as metas progressivas e graduais de ampliação, qualidade, eficiência e racionalização dos sistemas de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos sanitários constantes do Anexo, que estabelece, dentro do limite urbano do MUNICÍPIO, os percentuais obrigatórios de população atendida pelos serviços durante o prazo da vigência do contrato, observados os termos do Plano de Investimentos.

Parágrafo Primeiro – O plano de investimentos conterà os investimentos e os projetos que serão priorizados e deverá ser elaborado pela CONTRATADA.

Cláusula Décima Sexta:

As atividades de fiscalização deste contrato serão exercidas pelo REGULADOR, em nome do Município, nos termos de norma específica ou de Convênio.

Parágrafo Primeiro- A fiscalização a ser exercida pelo REGULADOR abrangerá o acompanhamento das ações da CONTRATADA, nas áreas técnica, operacional, de atendimento, econômica, contábil, financeira e tarifária.

Cláusula Vigésima Sexta:

A CONTRATADA deverá adaptar seu cronograma de investimentos, nas áreas afetas à exploração, nos termos de deliberação da autoridade ambiental ou de recursos hídricos, que venha oportunamente a tratar das metas e parâmetros previstos neste contrato e atinja ditos investimentos, assegurado o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Cláusula Trigésima Terceira – das Disposição Gerais:

O Município, auxiliado pela SANESUL se for o caso, se compromete em elaborar o Plano Municipal de Saneamento até o ano de 2014.

IV – DAS CONSTATAÇÕES – NÃO CONFORMIDADES - DETERMINAÇÕES

As constatações relatadas a seguir estão embasadas nas cláusulas pactuadas dentro do contrato de programa nº 115/2011, bem como, legislações específicas, inclusive, Portaria AGEPAN 151, de 18 de Setembro de 2017.

- **Constatação (C.1): Descumprimento da Meta de Cobertura de Esgotamento Sanitário**

Foi constatado através do RAD- Relatório de Avaliação de Desempenho (Ano Referência Dezembro de 2017), que a meta de cobertura de esgotamento sanitário na área urbana do Município de Porto Murinho, foi abaixo do acordado em contrato e, inclusive, continuou abaixo mesmo após revisão contratual em 2016. Verificou-se que, entre o período de 2011 (ano 0) até 2016 (ano 5), o indicador da meta de cobertura de esgoto deveria estar acima de 95%, e, após a revisão acima de 97%, e, no entanto, o RAD apresentou percentual de 85,76%, deste modo, houve descumprindo da meta contratual na cobertura de esgotamento sanitário, percentual este, equivalente à usuários atendidos/cobertos. Segue abaixo, quadro demonstrativo com as constatações:

Município	Metas de Cobertura de Esgoto			Cobertura de esgoto
	Ano(0) 2011	Ano(5) 2016	Ano(10) 2021	Ano(6) RAD-Dez 2017
Porto Murinho	66,88%	> 95%	> 97%	85,76%

Município	Metas de Cobertura de Esgoto com Revisão Contratual em 2016			Cobertura de esgoto
	Ano (5) Revisão 2016	Ano (9) Revisão 2020	Ano(13) Revisão 2024	RAD-Dez 2017
Porto Murinho	> 97%	> 97	> 97	85,76%

Não conformidade (NC.2): Descumprimento da Meta de Cobertura de Esgotamento Sanitário. Identificamos descumprimento da *Cláusula Quarta* – “ A CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, cumprir as metas progressivas e graduais de ampliação, qualidade, eficiência e racionalização dos sistemas de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos sanitários constantes do Anexo”, que estabelece, dentro do limite urbano do MUNICÍPIO, os percentuais obrigatórios de população atendida pelos serviços durante o prazo da vigência do contrato, observados os termos do Plano de Investimentos.

Determinação (D.2): Descumprimento da Meta de Cobertura de Esgotamento Sanitário.

A Sanesul deve apresentar à Agepan, justificativas pelo descumprimento da meta de cobertura de esgotamento sanitário, durante o período de 2011 à 2016; e plano de trabalho para início das ações necessárias, com cronograma de início das obras.

Prazo para cumprimento: 30 dias.

• **Constatação (C.2): Descumprimento da Meta de Controle de Perdas de Água**

Foi constatado através do Relatório de Avaliação de Desempenho - RAD (ano referência dezembro de 2017), que a perda na distribuição foi de 135,23m³/lig/ano, enquanto, que a meta estabelecida era de que, até o ano (5), ou seja, 2016, haveria uma incidência de perdas, menor que 54m³/lig/ano. Lembrando-se que houve revisão contratual em 2016, e os indicadores de metas de perdas de água foram alterados para 112 m³/lig/ano como indicador inicial, analisando-se os dados apresentados no RAD 2017 e levando-se em consideração a primeira meta pactuada, verificou-se que houve uma perda considerável em mais de 80,33m³/lig/ano, ou seja, bem acima ao que fora determinado em contrato, inclusive, continuou acima mesmo após revisão contratual em 2016. Segue abaixo quadro, demonstrativo:

Município	Metas de Controle de Perdas (m ³ /lig/ano)			Perdas (m ³ /lig/ano)
	Ano(0) 2011	Ano (5) 2016	Ano (10) 2021	Ano (6) RAD- Dez 2017
Porto Murinho	54,90	< 54	< 54	135,23m³/lig/ano

Município	Metas de Controle de Perdas (m ³ /lig/ano) com Revisão Contratual em 2016			Perdas (m ³ /lig/ano)
	Ano (5) Revisão 2016	Ano (9) Revisão 2020	Ano (13) Revisão 2024	RAD- Dez 2017
Porto Murinho	112	< 110	< 105	135,23m³/lig/ano

Não conformidade (NC.2): Descumprimento da Meta de Controle de Perdas de Água

Identificamos descumprimento da *Cláusula Quarta - A CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, cumprir as metas progressivas e graduais de ampliação, qualidade, eficiência e racionalização dos sistemas de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos sanitários constantes do Anexo, que estabelece, dentro do limite urbano do MUNICÍPIO, os percentuais obrigatórios de população atendida pelos serviços durante o prazo da vigência do contrato, observados os Planos de Investimentos.*

Determinação (D.2): Descumprimento da Meta de Controle de Perdas de Água

A Sanesul deve apresentar à Agepan, justificativas pelo descumprimento da meta de controle de perdas, no período de 2016 à 2018; e plano de trabalho para início das ações necessárias, com cronograma de início das intervenções.

Prazo para cumprimento: 30 dias.

V - DAS INFORMAÇÕES DO PRESTADOR DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO

Empresa: Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A. - SANESUL
Endereço: Rua Doutor Zerbini, 421 - Bairro Chácara Cachoeira
Telefone: (0xx67) 3318-7878
Home Page: <http://www.sanesul.ms.gov.br/>

VI – DA CONCLUSÃO DO RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO POR MONITORAMENTO

Inicialmente, foi aberto processo administrativo de nº 51/200432/2018 para acompanhamento do Contrato de Programa nº 115/2011 firmado entre o Município de Porto Murtinho e a Sanesul.

E, diante dos dados acima relatados constantes deste Relatório de Fiscalização por Monitoramento, faz-se necessária a notificação do Prestador de serviços para revisão das metas contratuais e adequação do plano de investimentos para realinhamento ao que foi pactuado no Contrato de Programa nº 115/2011, firmado com o Município de Porto Murtinho.

Ressalta-se que, há um Termo Aditivo nº 001/2012 ao Contrato de Programa nº 115/2011, firmado em 24 de agosto de 2012, em que a Sanesul (Contratada), apenas refere-se a alteração de cláusula contratual referente à reajuste e revisão de tarifas do ano de 2013, constante do anexo *estrutura tarifária*, não fazendo menção à nenhuma revisão de Metas Contratuais de atendimento qualidade e eficiência no tratamento dos serviços prestados.

Vale lembrar, que na cláusula Trigésima Terceira – Das Disposições Gerais- O Município, auxiliado pela SANESUL se for o caso, se compromete em elaborar o Plano Municipal de Saneamento até o ano de 2014. Informamos, que o referido Plano Municipal de Saneamento básico, não foi entregue até a presente data.

A Agepan deverá ser comunicada do andamento das atividades, visto ser a representante legal do Município, na incumbência de regular e fiscalizar o contrato; sob prejuízo de intervir no

processo, caso seja, verificado negligência, imprudência ou imperícia na legislação, o qual, inclui também, observância às Portarias Agepan, prezando sempre para o bom e fiel cumprimento do contrato.

Por fim, a presente fiscalização, foi realizada entre o período de 15 à 17 de outubro de 2018, pela seguinte equipe técnica da Câmara Técnica de Saneamento – CATESA, vinculada a Diretoria de Regulação e Fiscalização de Saneamento – DSB, AGEPAN:

- Engº Hailton Vasconcelos – Analista de Regulação - Coordenador;
- Alisson Toledo Peixoto – Assessor Técnico II;
- Paula Rafaela A. Pinto – Assessora/Adv OAB-MS 17688.

Campo Grande, 17 de outubro de 2018.

Engº Hailton M^a. F. Vasconcelos
AGEPAN/CATESA
Analista de Regulação
Coordenador

Paula Rafaela A. Pinto
AGEPAN/CATESA
Assessora/Adv OAB-MS 17688

Alisson Peixoto
AGEPAN/CATESA
Técnico Assistente de Regulação